



OFICINAS DE ACESSIBILIDADE AO CURRÍCULO: DA LÓGICA DE ADAPTAÇÃO À LÓGICA DA INCLUSÃO

SUELLEN DA ROCHA RODRIGUES¹: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
GABRIELA RIVAS MACHADO²: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
EDICLÉA MASCARENHAS FERNANDES³: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
CAROLINE DA SILVAN ALBUQUERQUE⁴: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
HELIO FERREIRA ORRICO⁵: Universidade Estadual Paulista.

Resumo: O presente trabalho foi desenvolvido no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial e Inclusiva (NEEI) da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sendo de natureza qualitativa e de cunho participante, realizado no cotidiano das classes regulares inclusivas, e objetiva contribuir para a formação continuada dos professores e com a avaliação das potencialidades afetivas, cognitivas, motoras e lingüísticas dos alunos com necessidades educacionais especiais, identificando assim as áreas de necessidades educacionais especiais para a promoção de recursos de acessibilidade ou adaptações curriculares, dentre eles as tecnologias assistivas. Através desse projeto são apresentadas as Oficinas de Currículo e Adaptações (OCAs), aos professores tanto da rede pública de ensino quanto privada e também nos cursos de Pedagogia e Licenciaturas, onde são expostos as adaptações curriculares de pequeno porte das mais diferentes áreas de necessidades educacionais especiais como: deficiência física; intelectual/mental; múltipla; auditiva e dificuldades da comunicação, oriundo de quadros de transtornos invasivos do desenvolvimento. Essas OCAs têm como objetivo mostrar aos docentes que além do aprendizado é importante compreender a diversidade existente entre cada alunado. Lidando assim, com as especificidades educacionais de cada um, e com base nesse conhecimento os docentes passam a observar a importância desses recursos de acessibilidade dentro da sala de aula. Afinal, eles são materiais que servem como apoio didático, adaptando o currículo às necessidades educacionais especiais de cada aluno com deficiência, a fim de garantir a sua aprendizagem plena.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da UERJ, bolsista de Extensão do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial Inclusiva (NEEI/UERJ) Rio de Janeiro / RJ, CEP: 20550-900, Brasil – suellen2709@yahoo.com.br

² Graduanda do Curso de Pedagogia da UERJ, bolsista de Iniciação à Docência do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial Inclusiva (NEEI/UERJ) Rio de Janeiro / RJ, CEP: 20550-900, Brasil – gabirivas@oi.com.br

³ Professora Adjunta do Departamento de Educação Inclusiva e Continuada da Faculdade de Educação / UERJ - Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Inclusiva (NEI/UERJ) Rio de Janeiro / RJ, CEP: 20550-900, Brasil – professoraediclea.uerj@gmail.com

⁴ Graduanda do Curso de Pedagogia da UERJ, bolsista de Estágio Interno do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial Inclusiva (NEEI/UERJ) Rio de Janeiro / RJ, CEP: 20550-900, Brasil – caroline_alb@yahoo.com.br

⁵ Doutorando do Programa de Pós Graduação em Educação da UNESP/ Marília- Mestre em Cognição e Linguagem pela UENF- Psicólogo e colaborador do NEEI/UERJ / Rio de Janeiro, CEP 25010-280 – helioorrico@uol.com.br



Palavras-chave: Educação Inclusiva, Necessidades Educacionais Especiais, Acessibilidade ao Currículo, Recursos de Acessibilidade, Adaptações Curriculares.

Introdução:

Este trabalho é uma ramificação do Projeto de Extensão “Inclusão e Diversidade Humana: Vivenciando Linguagens” e do Projeto de Iniciação à Docência “Recursos, adaptações e tecnologias assistivas para educandos com necessidades especiais”, vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Inclusiva (NEEI) da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O projeto é de natureza qualitativa, realizada no cotidiano das classes regulares de educação inclusiva, e objetiva contribuir para a formação continuada dos professores e com a avaliação das potencialidades afetivas, cognitivas, motoras e lingüísticas dos alunos com necessidades educacionais especiais, identificando as áreas de necessidades para a promoção de adaptações curriculares, neste caso, pretende apresentar e destacar a importância destas adaptações para o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, além de contribuir na acessibilidade ao currículo. Através deste projeto, os professores e futuros professores aprendem não só a compreender como também a lidar com as especificidades educacionais de cada alunado, de acordo com a sua deficiência ou necessidades educacionais especiais, e com base nesse conhecimento, reconheçam a importância dos recursos de acessibilidade na sala de aula. E a partir daí percebe-se a significativa importância da pesquisa participante, tanto por parte destes professores e futuros professores ao notarem a obtenção de resultados positivos a partir do uso de tais adaptações, quanto por parte de nós pesquisadores, que através de tais observações, podemos inclusive criar e recriar novos conhecimentos e até mesmo elaborar novas atividades que possam conduzir a resultados eficazes, e transmitir estas descobertas aos professores através, por exemplo, das OCAs, que serão muito mencionadas neste trabalho. Sendo retratada esta afirmação nas próprias orientações ao sistema de ensino, destacando que a socialização de experiências educacionais contribui para a produção de conhecimentos, além do desenvolvimento de práticas inovadoras e o fortalecimento do processo de inclusão escolar.

Ao pensar em educação inclusiva, é necessário refletir sobre as questões de uma escola de qualidade para todos, incluindo alunos e professores, através da visão ideológica de realidade construída sócio e culturalmente por aqueles que são responsáveis pela educação. A classificação - dos alunos com necessidades educacionais especiais - de “deficiência”, “retardamento”, “privação cultural” e “desajustamento social ou familiar” são todas construções culturais elaboradas por uma sociedade que privilegia uma única forma de aprendizagem para todos os tipos de educandos, padronizando todos eles.

Segundo Fernandes e Orrico (2008), as Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial de 2008.

“recomendam que a educação especial seja compreendida como uma parte da prática educacional inclusiva, oferecendo atendimento educacional especializado, organizando os recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras e possibilitem o acesso ao currículo, à comunicação e aos espaços físicos, considerando as necessidades de cada aluno, promovendo a sua formação integral com vistas à autonomia e independência.”



Educar indivíduos em segregadas salas de educação especial significa negar-lhes o acesso a formas ricas e estimulantes de socialização e aprendizagem, e que em grande parte das vezes acontecem em sala de aula regular devido à diversidade presente neste tipo de ambiente.

Mesmo com os 15 anos, completados este ano, da Declaração de Salamanca⁶, ainda se discute os pressupostos da Educação Inclusiva, que tem como proposta a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares de ensino, no qual a escola deverá se adaptar e se transformar para receber cada um desses educandos.

Atualmente, para se obter uma real inclusão dentro das escolas, faz-se necessária a discussão acerca dos recursos de acessibilidade, pois eles sem dúvida colaboram para o desenvolvimento da aprendizagem de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais.

De acordo com Barbosa (2002), as práticas pedagógicas que partem do princípio que todos aprendem da mesma maneira, não são inclusivas nem se importam com a diversidade existente na sala de aula e que uma Pedagogia Inclusiva propõe que todos os alunos tenham a oportunidade de se ajudarem e ensinarem uns aos outros e sendo assim, baseia-se em dois importantes argumentos para a implantação da escola inclusiva, onde no primeiro a inclusão mostra ser benéfica para educação de todos os alunos, independente de suas habilidades ou dificuldades e no segundo baseia-se em conceitos éticos de direito do cidadão, ou seja, as escolas são construídas para promover educação para todos. E visando o ideal de acessibilidade ao currículo, como é revelado no texto do MEC sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Um dos principais objetivos da educação inclusiva é demonstrar uma evolução da cultura, ao defender que nenhuma criança deve ser separada das outras por apresentar alguma diferença ou necessidade educativa especial. Do ponto de vista pedagógico esta integração assume a vantagem de existir interação entre crianças, procurando um desenvolvimento conjunto. Em nossa pesquisa trabalhamos com o conceito mais atual de acessibilidade ao currículo em detrimento do de adaptação curricular. Porém, o termo adaptação curricular encontra-se presente em documentos norteadores.

As adaptações curriculares são concernentes às alterações de conteúdo, estratégias ou de metodologia e que o acesso ao currículo refere-se a recursos tais como adaptações do espaço físico, materiais, mobiliário, equipamentos e sistemas de comunicação alternativos.

O MEC/SEESP na Política de Educação Especial de 1994 propunha que as adaptações curriculares para a educação especial teriam como principal objetivo promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, tendo como referência a elaboração do projeto político pedagógico e a implementação de práticas inclusivas no sistema escolar. Essas adaptações podem ser de grande porte ou significativas (que são de responsabilidade das instituições de ensino) e as de pequeno porte ou não-significativas (que são as realizadas pelo professor com o intuito de permitir e promover a participação de maneira produtiva dos alunos que apresentam necessidades educativas especiais).

O MEC/SEESP na política proposta em 1994 para a Educação Especial fazia uma classificação para as adaptações curriculares:

⁶ Declaração sobre princípios, política e prática na área das necessidades educativas especiais, aprovada em julho de 1994, pelos representantes de 92 governos, entre os quais Portugal e de 25 organizações internacionais.

- Adaptações de grande porte ou significativas: são organizativas, relativas aos objetivos e conteúdos, nos procedimentos didáticos, na temporalidade e avaliativas.
Ex: rampas; banheiros adaptados; acesso a qualquer um dos ambientes da escola por parte do aluno com necessidades educacionais especiais; as Leis elaboradas pelo poder público e que visam atender aos alunos com necessidades educacionais especiais (como o Decreto Federal n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que garante, no Capítulo IV, o uso e a difusão da Libras - Língua Brasileira de Sinais - e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação garantindo a todo deficiente auditivo ter dentro de sala de aula um intérprete de Libras); etc.
- Adaptações de pequeno porte ou não-significativas: São realizadas na acessibilidade, nos objetivos, nos conteúdos, nas metodologias e na organização didática, na temporalidade e avaliativas, como por exemplo: criar condições físicas, ambientais e materiais para a participação do aluno com necessidades especiais na sala de aula; favorecer os melhores níveis de comunicação e de interação do aluno com as pessoas com os quais convive na comunidade escolar; favorecer a participação do aluno nas atividades escolares; atuar para a aquisição dos equipamentos e recursos materiais específicos necessários; etc.

Por outro lado, o termo recurso de acessibilidade, historicamente se restringia à remoção de barreiras arquitetônicas e adaptações de logradouros para indivíduos com deficiências físicas e dificuldades locomotoras. Já atualmente, este conceito foi ampliado para o modelo denominado *Desenho Universal*, cujo objetivo, como aponta Camisão (2007), é de tornar os ambientes mais inclusivos possíveis, promovendo condições de acesso à locomoção, comunicação, informação e conhecimento para todas as pessoas, não só os portadores de deficiências físicas ou motoras.

Embora ainda iremos encontrar este conceito de adaptação curricular na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) propõe a perspectiva de uma lógica educacional de acesso ao currículo em detrimento da lógica da adaptação ao mencionar:

“A concepção de currículo dinâmico e flexível estruturado de modo a favorecer a aprendizagem de todos os alunos e superar a lógica de adaptações pressupõe uma proposta curricular construída na perspectiva de viabilizar a articulação dos conhecimentos do ensino especial e do ensino comum, que promova a ampliação dos conhecimentos e experiências de vida e a valorização dos percursos de aprendizagem”. (item 57 da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva)

Neste sentido os recursos de acessibilidade ampliam o deslocamento de uma visão de adaptação ao currículo para formas de acesso ao currículo e conhecimento.

Grande parte das instituições de ensino tem como principal objetivo padronizar os seus alunos dentro de um imaginário de homogeneidade, e por isso aqueles que não se enquadram a esse padrão são vistos como alunos incapazes, inferiores aos demais. Neste momento que o conceito de recursos de acessibilidade rompem com esta lógica. Para que isso ocorra com sucesso é necessário que o professor esteja disposto a perder esse olhar, a ver que cada aluno é diferente um do outro, e que, portanto, cada um possui o seu tempo para o aprendizado e suas modalidades de aprendizagem. O professor deve adequar sua prática lidando com as diferenças e fazendo uso delas formas de ampliar positivamente as experiências de todos os

alunos dentro do princípio de educar para a diversidade. Por exemplo, quando um professor constrói uma molécula tridimensional de água para que seu aluno cego possa perceber as ligações dos átomos de oxigênio e hidrogênio contribui também para a expansão do conhecimento de seus alunos videntes, que aprendem o conteúdo através de outro canal perceptivo alargando assim, as experiências sensoriais e cognitivas deste conteúdo.

Metodologia:

As OCAs, como já foi mencionado, são oficinas realizadas com o intuito de oferecer suporte aos professores ou futuros professores que desejam oferecer uma melhor oportunidade de aprendizagem para os seus alunos. Elas ocorrem na UERJ através das disciplinas: “Educação Inclusiva e Cotidiano Escolar” e “Práticas Pedagógicas em Educação Inclusiva”, que atendem aos alunos do curso de Pedagogia e de Licenciatura, e nas instituições de ensino público ou privado, que apresentem interesses em obter um maior diálogo com os seus educandos, como a parceria estabelecida com o Colégio Pedro II, o Município de Duque de Caxias e o Município de Belford Roxo, através da Secretaria de Educação e que devido a implementação da Educação Inclusiva vem recebendo uma quantidade significativa de alunos com necessidades educacionais especiais e tem por tanto, procurado com o apoio deste projeto, estabelecer uma melhor qualidade de ensino para os seus alunos.

As oficinas são desenvolvidas a partir de metodologia participante e nelas são realizadas palestras, dinâmicas e vivências que buscam mostrar aos participantes a importância que os recursos de acessibilidade possuem no aprendizado dos alunos com necessidades educacionais especiais, demonstrando assim, que tais materiais auxiliam não só no desenvolvimento desses indivíduos dentro da escola como também fora dela, ou seja, revela a importância de cada um deles. Ao final da palestra, os participantes são convidados a participarem de uma exposição dos materiais. A maior parte destes recursos de acessibilidade são confeccionados com material reciclado, de fácil acesso e baixo custo. Isso ocorre para que os participantes percebam que não é difícil construí-los, ou seja, que basta o professor ter boa vontade e criatividade, que ele poderá e muito, ajudar o seu aluno a aprender de maneira mais “fácil” a disciplina dada em sala de aula, concedendo-lhe desta forma, a mesma oportunidade de aprendizado que é concedida ao aluno dito “normal”. Na maioria das vezes tais recursos não só auxiliam no aprendizado do aluno com necessidade educacional especial, como também dos sem necessidades educacionais especiais, pois fazem com que a aula ocorra de forma mais dinâmica, descontraída; sem aquele ensino formal, onde o professor apresenta apenas a parte didática e formal do conteúdo. Assim que os recursos de acessibilidade chegam ao NEEI, são devidamente fotografados, catalogados em fichas, e arquivados; passando a fazer parte de seu acervo. Esses recursos são confeccionados visando atender as mais diferentes áreas de necessidades especiais como: deficiência física; intelectual/mental; múltipla; auditiva e dificuldades da comunicação oriunda de quadros de transtornos invasivos do desenvolvimento.

Resultados:

Após a vivência das OCAS os professores e futuros docentes percebem que os recursos de acessibilidade podem ser utilizados perfeitamente tanto com alunos considerados “normais”, quanto com alunos com necessidades educacionais especiais. Pode-se observar dois tipos de percepção por parte dos profissionais que vivenciam estas oficinas:

No primeiro caso, foi possível observar o real interesse por parte dos professores com a OCA, tanto durante a palestra sobre a importância do uso dos recursos de acessibilidade em sala de aula, onde os professores participaram de forma ativa, através de perguntas, questionamentos, relatando de experiências, etc., como na exposição dos recursos de acessibilidade, onde eles novamente participaram de forma ativa, fotografando cada um dos recursos, perguntando de qual material eles são feitas e para que servem cada uma delas. Todas as informações que eles recebiam de nossa parte, eram devidamente anotadas por grande parte dos profissionais que se encontravam ali e, no momento da oficina muitos deles já pensavam como usariam cada um dos recursos com seus alunos com necessidades educacionais especiais e já tinham novas idéias de recursos de acessibilidade que levariam para utilizarem com seus alunos.

Já no segundo caso, observamos que muitas das professoras, apesar do aparente interesse pela novidade, demonstraram certa insegurança a respeito de seu uso e de sua produção, acreditando não serem capazes de produzir tais recursos. Muitas dessas professoras inclusive mencionaram que não se sentem aptas para exercer tal trabalho, apesar de considerarem toda aquela apresentação de extrema importância, o que de fato é, afinal, através da apresentação dos recursos de acessibilidade e da demonstração de seus respectivos usos, todos os integrantes da escola podem aprender, e compreender melhor a respeito da importância do uso delas, tanto com seus alunos regulares já matriculados, como com os possíveis alunos com necessidades educacionais especiais que podem vir a se matricular. Ou seja, a importância do uso dos recursos de acessibilidade se faz necessário para o chamado processo de inclusão, e para acelerar tal processo as OCAs exercem um importante papel, inclusive devido à falta de orientação e informação a respeito desse tema, afinal apesar de o aparente interesse, muitas professoras se mostraram bastante inseguras a respeito do uso de tais recursos, e principalmente do contato com crianças com necessidades educacionais especiais.

Observamos também que em grande parte das escolas onde o projeto foi aplicado e que já se encontram presentes alunos com necessidades educacionais especiais, os professores de imediato identificavam pontos positivos com o uso dos recursos de acessibilidade, como a relação do professor X aluno(s) com necessidades educacionais especiais e a relação aluno(s) com necessidades educacionais especiais X o restante da turma, onde tanto o professor quando as crianças percebem que esse(s) aluno(s) são pessoas realmente capazes de aprender o conteúdo ali apresentado para ele(s).

Discussão:

As barreiras de comunicação têm uma grande importância, pois afetam não só o acesso à informação de modo geral, mas também prejudicam diretamente a aprendizagem escolar. Assim sendo, a concepção de acessibilidade assumida no Decreto 5296 abrange o compromisso da Educação para, além dos recursos físicos, garantindo a promoção das chamadas ajudas técnicas ou tecnologias assistivas.

Não resta dúvida de que a barreira da comunicação e informação constitui-se hoje como uma das questões mais importantes para a ruptura da exclusão social, sendo tão determinante, ou mais, do que a barreira física.

Reiterando esses fatos, entende-se que tanto o uso dos recursos de acessibilidade no ambiente escolar, quanto a acessibilidade ao currículo, contribuem de forma direta para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, e dessa forma, colaboram para o desenvolvimento da comunicação dos mesmos com toda a



sociedade, afinal promove uma estimulação nestes alunos no que diz respeito à interação com as pessoas.

Observamos então, que juntamente a estes fatos devem ser feitas referências à importância da pesquisa participante também já mencionada, das apresentações através das OCAs, da reflexão de professores e futuros professores, e demais participantes do ambiente escolar no que diz respeito à cultura e diversidade de todo seu alunado, da busca incansável pela promoção da acessibilidade ao currículo, enfim diversos fatores que contribuam concomitantemente à tão buscada inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais.

Conclusão:

Através desse projeto, concluímos que os recursos de acessibilidade quando são utilizados pelos professores nas instituições de ensino, constituem para um espaço de desafio por parte de todos os envolvidos no processo, sejam eles professores ou alunos.

Beneficiam-se dos recursos de acessibilidade os alunos com necessidades educacionais especiais, pois tiram dos “ombros” deles os “mitos de alunos fracassados intelectualmente” e ganham também os seus colegas porque aprendem novas estratégias e fórmulas de resolução de problemas, além da interação, e da solidariedade que acaba existindo entre eles, e com isso acabam percebendo que seus colegas, com necessidades educacionais especiais, são tão capazes de aprender o conteúdo didático quanto eles, basta que tenham realmente uma oportunidade de aprendizado.

O professor torna-se assim mais crítico, criativo e dinamizador, pois é desafiado durante todo o ano letivo a agir no papel de transformador, de pesquisador ativo. Ele aprende assim a obter novos mapas de estratégias e formas de resolução de problemas e interação através das diferenças presentes em seus alunos e a força da solidariedade entre todas as pessoas presentes nesse processo.

Beneficiam-se também os demais professores e toda a comunidade escolar ao perceberem a possibilidade de estruturação de conhecimento daqueles alunos que na maioria das vezes não tiveram a real possibilidade de acompanhar os conteúdos didáticos apresentados pela instituição de ensino em que se encontram.

Pode-se afirmar assim que estas oficinas contribuem para a passagem de uma perspectiva que concebe o educando com necessidade especial como alguém que necessita de “adaptação curricular”, para outra, que concebe o currículo como um espaço de conhecimento que pode ser alcançado sob diversas formas de acessibilidade, nem melhores, nem piores ou adaptadas, mas únicas em cada forma e sentido.

Referências Bibliográficas:

BARBOSA, A. M. Arte e inclusão. In: ANDRIES, A. (Orgs). Caderno de Textos: *Educação, Arte e inclusão*. Vol. 1, n. 1 (1. Quadrimestre). 2002) – Rio de Janeiro: Funarte, 2002.

CAMISÃO, V. *Acessibilidade & Educação Inclusiva*. Disp. em: www.cnotinfor.pt/inclusiva . Acessado em: agosto de 2009.

Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LEI 9394-96. Disponível no site: <http://www.etfce.br/Ensino/Cursos/Medio/Lei.htm>. Acessado em julho de 2009.

FERNANDES, E. M.; ANTUNES, K. C. V. & GLAT, R. Acessibilidade ao currículo: pré-requisito para o processo ensino-aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. In: GLAT, R. (Org.). *Educação Inclusiva: cultura e cotidiano*



3 a 6 de novembro de 2009 - Londrina – Pr - ISSN 2175-960X

escolar. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 2007, 53-61.

FERNANDES, E; ORRICO, H. F. *Acessibilidade e Inclusão Social*. Rio de Janeiro: Editora Deescubra, 2008.

GLAT, Rosana. (organização). *Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. – Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

_____. FERNANDES, E. M. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da Educação Especial Brasileira. *Revista Inclusão: MEC / SEESP*, v. 1, nº 1, PP. 35-39, 2005.

MEC – SEESP (Secretaria de Educação Especial). Disponível no site: <http://portal.mec.gov.br/seesp/>. Acessado em julho de 2009.

MEC- SEESP- Parâmetros Curriculares Nacionais: *Adaptações Curriculares/Secretaria de Educação Fundamental*. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação (versão preliminar). Acessado em agosto de 2009.

MEC- SEESP. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Acessado em agosto de 2009. Disponível no site www.mec.gov.br.

Projeto Escola Viva - *Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais* – Adaptações Curriculares de Pequeno Porte, nº 6. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. C327 2000. I 96p.

Salamanca, Espanha, 7-10 de junho de 1994. Aprova a estrutura regimental do Ministério da Justiça Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, e dá outras providências. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais*, Brasília, DF, 2ª edição. 1997.